

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.088 - DF (2019/0173014-8)**

AGRAVANTE : LUANNA VIEIRA TANI  
ADVOGADOS : PATRICIA CARRILHO CORRÊA GABRIEL FREITAS -  
DF015266  
EDUARDO NOBREGA CHAVES - DF030243  
AGRAVADO : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL  
DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF  
ADVOGADOS : CRISTIANE NINA ANTUNES - DF020132  
CLÁUDIA BRANDÃO DUTRA - DF008071

**DECISÃO**

Luanna Vieira Tani ajuizou ação de obrigação de fazer, c/c pedido de liminar e indenização por dano moral, contra a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB objetivando tutela jurisdicional que lhe assegure o direito de continuar participando do processo seletivo no programa habitacional “Jardins Mangueiral”, referente ao contrato de Registro n. 792852, datado de 01/12/ 2010, ao argumento de que preenche todos os requisitos necessários, bem assim de que o critério de renda familiar mínima não é causa para sua eliminação do certame.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF negou provimento ao recurso de apelação autoral, mantendo incólume a decisão monocrática de improcedência da ação (fls. 320-328), nos termos da seguinte ementa (fls. 416):

APELAÇÃO CÍVEL. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO EM PROGRAMA HABITACIONAL. CODHAB/DF. LEI DISTRITAL 3.877/2006. RENDA FAMILIAR MÁXIMA. REQUISITO NÃO ATENDIDO. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO.

1. A convocação para pré -habilitação em programa habitacional não vincula a Administração Pública, configurando mera expectativa de direito.
2. A Administração Pública deve indeferir a habilitação em programa habitacional quando a renda familiar mensal da pessoa convocada for superior a 12 (doze) salários mínimos, conforme a Lei Distrital 3.877/2006 (dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal).
3. Negou-se provimento ao apelo.

Opostos embargos de declaração em duas oportunidades, foram os primeiros rejeitados e os segundos parcialmente providos para sanar omissão, sem efeitos infringentes (fls.467-473 e 495-503, respectivamente).

Luanna Vieira Tani interpôs recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição da República, no qual aponta negativa de vigência ao art. 6º, § 1º, do Decreto n. 4.657/1942,

porquanto, em apertada síntese, à época em que foi convocada para apresentação da documentação de pré-inscrição no programa habitacional, os critérios exigidos para participação eram regidos pela Resolução n. 9/CODHAB, de 20/09/2010, segundo a qual a renda familiar do candidato, deduzidos os descontos compulsórios (IRPF e INSS) não poderia ultrapassar doze salários mínimos mensal.

Esclarece, ainda, que com o advento da Resolução n. 86/CODHAB, publicada somente no exercício de 2011, o item 5 do citado ato administrativo modificou o critério de participação no programa, estabelecendo a exigência de se considerar a renda bruta do candidato para fins de aferição do patamar máximo de doze salários mínimos permitido para inclusão no programa, pelo que foi alijada do processo seletivo.

Aponta, por fim, dissídio jurisprudencial entre o aresto vergastado e julgados desta Corte Superior relacionado à impossibilidade de ato administrativo anterior, modificado por regramento ulterior, não vincular a Administração Pública.

Contrarrazões apresentadas às fls. 547-555, o recurso especial teve o seguimento negado pelo Tribunal *a quo* (fls. 558-560), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

No que trata da alegação de negativa de vigência ao art. 6º, § 1º, do Decreto n. 4.657/42, suscitada no apelo nobre, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum* recorrido, assim firmou entendimento (fls. 421-422):

[...]

A autora, Luanna Vieira Tani, apela alegando que: 1) em 2010 sua renda familiar mensal líquida era de R\$ 5.475,00 (cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco reais); 2) à época da pré -inscrição, os requisitos para participar do programa eram estabelecido na Resolução CODHAB nº 9 de 20/09/2010, em que estipulava a renda familiar do candidato deduzido os descontos compulsórios (IRPF e INSS); 3) apenas em 2011 foi publicada a Resolução CODHAB n. 86 que estabelecia a renda bruta como requisito, e não a líquida; 4) na época da entrega da documentação, em janeiro de 2010, o cônjuge da apelante não possuía renda, por estar desempregado; 5) deve ser reformada a sentença para julgar procedente os pedidos iniciais para continuar participando do programa habitacional "Jardins Mangueiral" e condenar a apelada ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$

10.000,00 (dez mil reais).

Sem razão.

A Lei Distrital 3.877/2006 (Lei da política habitacional do Distrito Federal) dispõe:

“Art. 4º Para participar de programa habitacional de interesse social, o interessado deve atender aos seguintes requisitos: (...) V - ter renda familiar de até doze salários mínimos”.

A apelante informa que no dia 20/1/2010 recebeu carta de convocação para pré-habilitação no programa habitacional Jardins Mangueiral (documento de fl. 44).

Consta o recebimento dos documentos da apelante pela CODHAB no dia 29/06/2010 (fl. 45).

É incontroverso que no momento do recebimento da documentação, o cônjuge da apelante, Guilherme Tavares Pereira Mendes, estava empregado. Desde 15/03/2010 já recebia o salário mensal de R\$ 3.247,95 (três mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos) (fl. 61).

Somado esse valor à remuneração líquida mensal da apelante, R\$ 5.475,00 (cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), totaliza a quantia de R\$ 8.722,95 (oito mil, setecentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos), superando o valor de 12 (doze) salários mínimos da época, R\$ 6.120,00 (seis mil, cento e vinte reais), inviabilizando a habilitação ao programa habitacional.

O fato de a apelante ser convocada para apresentação da documentação em janeiro de 2010, não vincula a Administração em contemplá-la ao programa nas condições desse mês, configurando mera expectativa de direito.

[...]

Portanto, a apelante não cumpriu o requisito legal objetivo de perceber renda familiar de até doze salários mínimos, ao passo que a CODHAB/DF atendeu à legalidade quando eliminou-a do programa habitacional de interesse social.

[...]

Consoante se verifica dos excertos colacionados do aresto recorrido, o Tribunal *a quo* dirimiu a controvérsia dos autos com a análise e a interpretação de lei e atos administrativos local – Lei Distrital n. 3.877/2006 e Resoluções CODHAB/DF n. 9/2010 e n. 86/2011, restando evidente que eventual violação do dispositivo federal citado, se houve, ocorreu de forma indireta ou reflexa, não justificando a interposição de recurso especial nesse caso.

Na hipótese dos autos, o exame de suposta negativa de vigência ao art. 6º, § 1º, do Decreto n. 4.657/42 exigiria, necessariamente, a confrontação desse dispositivo com o regramento e critérios estabelecidos na lei distrital e nos atos administrativos normativos citados, providência impossível pela via estreita do recurso especial, ante a incidência, por analogia, do enunciado da Súmula n. 280 do STF, segundo a qual: “por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A esse respeito, os seguintes julgados:

Trata-se de recurso especial de COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL CODHAB/DF, fundado nas alínea "a" do permissivo constitucional e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, com a seguinte ementa:

DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2 DO C. STJ. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECADASTRAMENTO EM PROGRAMA HABITACIONAL. CODHAB. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS PELA CODHAB (EMPRESA PÚBLICA) EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONFUSÃO ENTRE CREDOR E DEVEDOR. APELO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

[...]

É o relatório. Passo a decidir.

Considerando a data de publicação do acórdão recorrido, o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"., Primeiramente, aduz que o pedido da petição inicial dizia respeito à possibilidade de cadastramento do então requerente no Programa Habitacional "Morar Bem", ao passo que a petição de apelação e o acórdão que a julgou versam sobre a habilitação. Vislumbra-se dois óbices ao conhecimento dessa pretensão.

Como se depreende das próprias razões recursais, a diferenciação entre os procedimentos de cadastramento e habilitação requereria a análise de conteúdo de duas normas distritais, a Lei n. 3.877 e o Decreto n. 33.033. A fim de que se pudesse concluir em torno da inaplicabilidade de um instituto ou de outro ao caso concreto, infirmando as conclusões do v. acórdão, irremediavelmente haver-se-ia de proceder ao exame de lei local, sendo esse expediente obstado pela Súmula 280/STF.

[...]

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e V, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento, nos termos da fundamentação.

[...] (REsp 1717645/DF, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Julgamento em 06/04/2018, Dje 11/04/2018).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2/STJ. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROGRAMA HABITACIONAL. LICITAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO IMPUGNAM OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO BASEADO EM INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

[...]

Sem prejuízo disso, o Tribunal de origem ao concluir pela legalidade da doação dos terrenos destinados a programas habitacionais, fundamentou o acórdão segundo interpretação das Leis Distritais n.º 3.877/2006 e 5.197/2013, o que impede a sua revisão por esta Corte, ante o óbice da Súmula 280/STF

# Superior Tribunal de Justiça

("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário").

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial (REsp 1576171/DF, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Julgamento em 16/03/2017, Dje 20/03/2017).

Ademais, ainda que superado o óbice do enunciado da Súmula n. 280/STF, constata-se do reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, que um dos fundamentos apresentados naquele julgado, de o salário da recorrente, somado com o de seu cônjuge, desde 15/03/2010, superar o valor máximo de 12 salários mínimos da época para participação no programa habitacional, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Nesse passo, os óbices das Súmulas 280, 283 e 284 do STF também impedem o conhecimento do recurso especial pela alínea *c* do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial, implicando, ainda, na majoração da verba honorária para 17% (dezessete por cento) do valor da causa atualizado, consoante o disposto no art. 85, § 11 do CPC/15

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator